

10. ENSINO MÉDIO

10.1 ORGANIZAÇÃO GERAL DO ENSINO MÉDIO

O ensino médio, no Brasil, é a etapa final da educação básica e integraliza a formação que todo brasileiro deve ter para enfrentar com melhores condições a vida adulta. De acordo com as finalidades do ensino médio, postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), isto significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os «conhecimentos adquiridos no ensino fundamental» aprimorar o educando «como pessoa humana», possibilitar «o prosseguimento de estudos», garantir «a preparação básica para o trabalho e a cidadania» e dotar o educando dos instrumentos que lhe permitam «continuar aprendendo», tendo em vista o desenvolvimento da «compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos» (art. 35, incisos I a IV).

A prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de políticas, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de aprendizagem e os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com os valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a Constituição e a LDBEN, organizados sob três consignações: sensibilidade, igualdade e identidade.

10.1.1 Objetivos gerais do ensino médio

De acordo com o art. 35 da LDBEN, o ensino médio tem como objetivos:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

10.1.2 Oferta do ensino médio

O ensino médio pode ser oferecido em estabelecimentos públicos ou privados.

Em relação aos estabelecimentos públicos, a legislação educacional determina como responsabilidade prioritária dos sistemas de ensino estaduais a oferta gratuita do ensino médio.

10.1.3 Acesso ao ensino médio: idades e ciclos

O ensino médio tem a duração mínima de três anos. A legislação não estabelece idade mínima para o acesso ao ensino médio; no entanto, devido à oferta obrigatória do ensino fundamental dos 7 aos 14 anos, este acesso pode ocorrer a partir dos 15 anos, sem limite máximo de idade.

As políticas educacionais brasileiras têm direcionado, recentemente, especial atenção à universalização do ensino fundamental. Na medida em que essa meta se concretiza, a demanda pelo ensino médio passa a ser impulsionada. É nesse sentido que a própria legislação prevê progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (art. 4º).

10.1.4 Diretrizes curriculares

Os conteúdos curriculares, segundo a LDBEN, devem observar as seguintes diretrizes:

- I. a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II. consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III. orientação para o trabalho;
- IV. promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (art. 27)

O currículo do ensino médio, conforme o art. 36, também «destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania» e, ainda, «adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes».

De acordo com os princípios estéticos, políticos e éticos da LDBEN, as escolas de ensino médio observarão, na gestão, na organização curricular e na prática pedagógica e didática, as seguintes diretrizes: identidade, diversidade, autonomia, currículo voltado para as competências básicas, interdisciplinaridade, contextualização, a importância da escola, base nacional comum e parte diversificada, formação geral e preparação básica para o trabalho.

Descrição das áreas

As três áreas descritas a seguir devem estar presentes na base nacional comum dos currículos das escolas de ensino médio, cujas propostas pedagógicas estabelecerão:

- As proporções de cada área no conjunto do currículo.
- Os conteúdos a serem incluídos em cada uma delas, tomando como referência as competências descritas.
- Os conteúdos e competências a serem incluídos na parte diversificada, os quais poderão ser selecionados em uma ou mais áreas, reagrupados e organizados de acordo com critérios que satisfaçam as necessidades da clientela e da região.

I. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

- a) Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade, por meio da constituição de significados, expressão, comunicação e informação.
- b) Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.
- c) Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.
- d) Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.
- e) Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.
- f) Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associando-as aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhe dão suporte e aos problemas que se propõem solucionar.
- g) Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem, na sua relação com as demais tecnologias.
- h) Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- i) Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

- II. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*, objetivando a constituição de habilidades e competências que permitam ao educando:
- a) Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolvem por acumulação, continuidade ou rupturas de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.
 - b) Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.
 - c) Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos.
 - d) Apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural.
 - e) Compreender o caráter aleatório e não-determinístico dos fenômenos naturais e sociais.
 - f) Compreender a necessidade de utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades.
 - g) Compreender conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplicá-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas.
 - h) Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações/interpolações e interpretações.
 - i) Analisar qualitativamente dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente, relacionados a contextos socioeconômicos, científicos ou cotidianos.
 - j) Identificar, representar e utilizar conhecimentos geométricos para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade.
 - k) Entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propõem solucionar.
 - l) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais na vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
 - m) Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida. Compreender

conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplica-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas.

III. Ciências Humanas e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

- a) Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros.
- b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nelas intervêm, como produtos da ação humana, a si mesmo como agente social e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
- c) Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.
- d) Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.
- e) Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia e práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e ação diante de situações novas, problemas ou questões de vida social, política, econômica e cultural.
- f) Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe e associá-las aos problemas que se propõem resolver.
- g) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.
- h) Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe.
- i) Aplicar as tecnologias das ciências humanas e sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida.

As áreas de conhecimento com suas respectivas competências podem ser organizadas na forma de disciplinas, projetos, ou ambos, de acordo com o desenho curricular feito pela escola, o mesmo ocorrendo com a parte diversificada. Independentemente do desenho curricular adotado, o que importa é garantir os princípios que fundamentam as diretrizes curriculares e assegurar a aprendizagem dos alunos. Por esta razão, as disciplinas e/ou

projetos devem ser didaticamente solidários, de modo que conhecimentos de diferentes campos do saber estimulem competências comuns. Dessa forma, respeita-se a autonomia dos estabelecimentos de ensino e o direito dos alunos a uma aprendizagem efetiva. As disciplinas e projetos selecionados pelas diferentes escolas para constituírem sua proposta curricular poderão ser distribuídos em tempos iguais, ou não, conforme a decisão tomada livremente pelas escolas, desde que, buscando a complementaridade entre as disciplinas, facilitem um desenvolvimento intelectual, social e afetivo mais completo e integrado.

10.1.5 Mecanismos de avaliação, promoção e certificação

Espera-se que, ao final do ensino médio, o educando demonstre:

- I. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III. domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (art. 36, § 1º, da LDBEN)

A verificação do rendimento escolar deve obedecer aos seguintes critérios:

- I. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência do aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- II. possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- III. possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- IV. aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- V. obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (art. 24, inciso V, da LDBEN)

Para aprovação, exige-se a freqüência mínima de 75% do total de horas letivas.

Cabe a cada instituição a expedição de históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos.

Os cursos de ensino médio têm equivalência legal e habilitam o aluno ao prosseguimento de estudos em nível superior.

No Brasil, foram instituídos dois mecanismos importantes de avaliação, na forma de programas permanentes: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), dirigido aos alunos da educação básica (e que inclui alunos do último ano do ensino médio) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exclusivamente para os alunos do ensino médio.

O ENEM, implantado em 1998, tem como objetivo geral avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento das competências fundamentais necessárias ao exercício pleno da cidadania. Vincula-se a um conceito mais abrangente e estrutural da inteligência humana e é aplicado, anualmente, mediante uma prova única que abrange as várias áreas de conhecimento em que se organizam as atividades pedagógicas da escolaridade básica do Brasil.

Para estruturar o Exame, foi concebida uma matriz contendo a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos do ensino fundamental e médio, próprias da fase do desenvolvimento cognitivo correspondente ao término da escolaridade básica. Essa matriz tem como referência: a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, as normas legais que orientam a reforma do ensino médio e os textos que sustentam a organização curricular em áreas do conhecimento, além dos referenciais utilizados no SAEB.

O ENEM não é uma avaliação de caráter obrigatório, submetendo-se a ela os alunos concluintes e os egressos do ensino médio que desejarem conhecer melhor o seu potencial e as suas dificuldades em face das suas escolhas futuras, em termos de continuidade dos estudos e/ou ingresso no mercado de trabalho.

A cada ano vem aumentando o número de estudantes que se inscrevem no ENEM. A partir do ano 2001, o Exame passou a ser gratuito para os estudantes da rede pública. A expectativa é de que ocorra um incremento significativo no número de participantes. Também as instituições de ensino superior têm se utilizado dos resultados do ENEM para o processo seletivo de ingresso.

10.1.6 Docentes do ensino médio: requisitos legais, nível de escolaridade dos docentes

Os docentes, para atuarem no ensino médio, devem ter formação de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação.

10.2 DADOS DO ENSINO MÉDIO

10.2.1 População matriculada (por dependência, localização e sexo)

O principal fenômeno educacional observado no Brasil, na década de 90, foi a velocidade com que se expandiu o ensino médio, repetindo com maior intensidade o movimento verificado nas décadas de 70 e 80, em relação ao ensino fundamental.

De fato, no período de 1990 a 1999, a matrícula nesse nível de ensino mais que duplicou, passando de 3 milhões e 500 mil alunos para 7 milhões e 800 mil.

Há sinais, no entanto, de que o ensino médio pode expandir-se ainda mais, nos próximos anos, considerando que apenas cerca de 32% da população na faixa etária entre 15 e 17 anos encontram-se atualmente matriculados nesse nível. Este quadro coloca o Brasil bem abaixo de países mais desenvolvidos, como a França e a Inglaterra, onde mais de 80% da população nessa faixa etária frequenta escola de nível secundário, ou mesmo comparando com os vizinhos da América do Sul, como a Argentina e o Chile.

Tabela 49

**MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO MÉDIO, POR TURNO
BRASIL E REGIÕES, 1999**

Brasil e regiões	Total	Diurno (%)	Noturno (%)
Brasil	7.769.199	45,48	54,52
Norte	527.754	39,54	60,46
Nordeste	1.732.569	47,18	52,82
Sudeste	3.755.718	44,22	55,78
Sul	1.205.622	48,76	51,24
Centro-Oeste	547.536	47,28	52,72

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

É também no ensino médio que se observa a maior distorção em termos de gênero, com uma grande concentração de matrículas do sexo feminino – o que evidencia a necessidade de o Brasil, hoje, desenvolver uma política para estimular a escolarização masculina para além do ensino fundamental. Com a regularização do fluxo escolar e uma participação maior do sexo masculino, a demanda por vagas no ensino médio deve continuar aumentando em ritmo acelerado, na próxima década, projetando-se uma estabilização somente a partir de 2008, quando o sistema deverá abrigar, segundo as estimativas do INEP, 10 milhões e 400 mil matrículas.

Assegurar esta expansão e promover, simultaneamente, a melhoria da qualidade do ensino representa um grande desafio para os governos federal, estaduais e municipais. É que o aumento do número de matrículas neste nível de ensino vem sendo direcionado para o setor público, principalmente, para as escolas mantidas pelos Estados, enquanto o setor privado dá claros sinais de estagnação e até de retração.

A rede pública já responde por 84,2% das matrículas do ensino médio, absorvendo o impacto da expansão verificada nos anos 90. A rede privada, ao contrário, vem reduzindo sua participação relativa na oferta de matrículas, neste nível de ensino. Este fenômeno foi particularmente intenso nas últimas duas décadas. Com efeito, a proporção dos alunos do ensino médio que frequentavam escolas particulares caiu de 46,5%, em 1980, para 15,8%, em

1999. Também houve redução em termos absolutos, pois a rede privada, que tinha 1.310.921 alunos matriculados no ensino médio em 1980, contabilizava 1.224.364 matrículas em 1999.

Outra característica importante do ensino médio brasileiro é que a oferta de vagas no sistema público concentra-se em cursos noturnos. Embora esta concentração tenha aspectos positivos, pois permite o ingresso e permanência de jovens trabalhadores, há indicações de que ela é excessiva. De fato, a oferta do ensino médio no horário noturno deve-se, freqüentemente, à necessidade de utilizar instalações escolares que são ocupadas, durante o dia, com o ensino fundamental.

10.2.2 Docentes (por dependência, localização e sexo)

Atuam no ensino médio mais de 400 mil professores, sendo que a maioria (88%) possui formação de nível superior (tabela 50). Há, no entanto, cerca de 50 mil professores que precisam freqüentar uma instituição de nível superior para atender às exigências legais.

Tabela 50

NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NO ENSINO MÉDIO POR GRAU DE FORMAÇÃO E LOCALIZAÇÃO, 2000

Brasil e regiões	Localização	Total	Grau de formação		
			Ensino fundamental incompleto/completo	Ensino médio	Ensino superior
Brasil	Total	430.467	612	49.176	380.679
	Rural	7.870	2	1.642	6.226
Norte	Total	23.006	16	3.722	19.268
	Rural	755	-	117	638
Nordeste	Total	90.296	250	19.279	70.767
	Rural	2.492	-	916	1.567
Sudeste	Total	216.028	120	14.037	201.871
	Rural	2.505	-	224	2.281
Sul	Total	68.775	202	5.641	62.932
	Rural	1.326	1	187	1.138
Centro-Oeste	Total	32.362	24	6.497	25.841
	Rural	792	1	198	593

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Obs. O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

10.2.3 Dados de aprovação, reprovação e evasão

Se o ensino médio alcançou, do ponto de vista da expansão da matrícula, um desempenho expressivo na década de 90, o mesmo não pode ser dito em relação aos indicadores de eficiência, que continuam longe do

desejável (tabela 51). O atendimento a uma clientela mais heterogênea amplia o desafio. No entanto, com a prioridade que vem sendo dada ao ensino médio, é possível reverter este quadro, mediante a adoção de políticas mais eficazes para promover a melhoria da qualidade do ensino, a exemplo do que foi feito com o ensino fundamental nos últimos quatro anos.

Tabela 51

TAXAS AGREGADAS DE TRANSIÇÃO DO ENSINO MÉDIO, 1995-1998

Ano	Promoção (%)	Repetência (%)	Evasão (%)
1995	65	27	8
1996	72	23	5
1997	75	19	6
1998	77	17	6

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

O número de concluintes também cresceu mais que o dobro: de 658 mil, em 1990, para 1 milhão e 500 mil, em 1998. Este aumento pressiona, fortemente, a demanda por vagas no ensino superior e, também, em cursos profissionalizantes pós-médio.

10.2.4 Estabelecimentos de ensino (por dependência e localização)

O maior montante de estabelecimentos que oferecem ensino médio concentra-se na rede pública (68%), sendo que, destes, 91% referem-se a estabelecimentos estaduais. Isso pode ser verificado em todas as regiões brasileiras (tabela 52).

10.3 POLÍTICAS COMPLEMENTARES PARA O ENSINO MÉDIO

O Projeto Escola Jovem é uma das estratégias do Ministério da Educação para alavancar a implementação da reforma do ensino médio no conjunto do país. Por meio dele, o Ministério apoiará técnica e financeiramente as unidades federadas em suas políticas de melhoria do atendimento e expansão da oferta de vagas de ensino médio na rede estadual. Ao mesmo tempo estimulará o processo de planejamento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

Tabela 52**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO, POR LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, BRASIL E REGIÕES, 2000**

Brasil e regiões	Localização	Total	Dependência administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	Total	19.456	164	11.977	1.086	6.229
	Rural	679	45	383	192	59
Norte	Total	1.309	4	1.036	31	208
	Rural	109	1	66	25	8
Nordeste	Total	4.186	56	2.417	727	1.616
	Rural	222	16	75	115	16
Sudeste	Total	8.565	51	5.125	234	3.155
	Rural	164	11	113	17	23
Sul	Total	3.080	30	2.249	23	778
	Rural	106	8	86	4	8
Centro-Oeste	Total	1.686	12	1.150	52	472
	Rural	78	6	43	25	4

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

O Projeto Escola Jovem estrutura-se em dois subprogramas: um destinado ao financiamento das políticas de melhoria do atendimento e de expansão de vagas para o ensino médio nos sistemas públicos dos Estados e do Distrito Federal, por meio de projetos de investimento que serão apoiados técnica e financeiramente; e outro, de políticas e programas nacionais, cujo objetivo é garantir à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), órgão responsável pelo ensino médio e profissional no país, as condições de fomentar e apoiar a implementação da reforma nos sistemas das Unidades da Federação.

Os recursos da primeira etapa do Programa provêm de empréstimo da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 250 milhões de dólares, e de contrapartida nacional, equivalente a 250 milhões de dólares, composta por 25 milhões de dólares do Tesouro Nacional e US\$ 225 milhões de dólares das Unidades Federadas.

A implementação da Reforma do Ensino Médio também se beneficia do Programa TV Escola, que tem veiculado uma extensa programação para a capacitação de professores das escolas de ensino médio.

10.4 REFORMAS EM CURSO

Para os próximos dez anos, as principais metas quantitativas do Plano Nacional de Educação para o ensino médio são: Assegurar,

- no prazo de dois anos, [...] o atendimento da totalidade dos egressos do ensino fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem;
- o oferecimento de vagas que, no prazo de cinco anos, correspondam a 50% e, em dez anos, a 100% da demanda de ensino médio [...];
- reduzir, em 5% ao ano, a repetência e a evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio para conclusão deste nível;
- implantar e consolidar, no prazo de cinco anos, a nova concepção curricular elaborada pelo Conselho Nacional de Educação.